



O INCONSCIENTE NA INTERSECÇÃO ENTRE PSICOPATOLOGIA FENOMENOLÓGICA CONTEMPORÂNEA E PSICANÁLISE RELACIONAL

The unconscious between contemporary phenomenological psychopathology
and relational psychoanalysis

FERNANDO RODRIGUES*

El inconsciente en la intersección de la psicopatología fenomenológica
contemporánea y el psicoanálisis relacional

Resumo: A tematização das dinâmicas, processos e fenômenos de natureza corporal, implícito-procedurais, vêm reaproximando nas últimas décadas fenomenologia e psicanálise e, especialmente, psicopatologia fenomenológica e psicanálise relacional. Este trabalho busca delinear os principais pontos temáticos de encontro entre esses saberes na atualidade, com foco particular nos aspectos de convergência teórica e nas implicações clínico-psicoterápicas. Tendo isso em vista, são apresentadas concepções contemporâneas de inconsciente oriundas de ambos os campos de pesquisa. Por meio dessa apresentação, limites da teoria freudiana clássica do inconsciente e do respectivo primado da interpretação verbal na psicoterapia tornam-se acessíveis. Da psicopatologia fenomenológica contemporânea, apresenta-se a abordagem horizontal do inconsciente na formulação de Thomas Fuchs. Da psicanálise relacional, exploram-se os conceitos de saber relacional implícito, conforme forjado pelo *Boston Change Process Study Group*, bem como o conceito de inconsciente como experiência não formulada, de Donnel B. Stern. Tendo trilhado esse percurso, será possível notar como na atualidade fenomenologia e psicanálise vêm ao encontro uma da outra, assegurando, por meio de uma compreensão hermenêutico-fenomenológica de inconsciente, um lugar privilegiado para os aspectos implícito-procedurais das trocas relacionais no interior do espaço clínico.

Palavras-chave: Fenomenologia; Psicanálise Relacional; Inconsciente; Implícito-procedural; Memória Corporal;

Abstract: The thematization of bodily, procedural-implicit dynamics, processes, and phenomena has been approximating in the last decades phenomenology and psychoanalysis, notably phenomenological psychopathology and relational psychoanalysis. This paper aims at delineating the main thematic aspects of the current contact between these fields, focusing on their theoretic convergence and its clinic-psychotherapeutic implications. Hence, contemporary conceptions of the unconscious from both research fields are shown. One intends to highlight the limitations of the classical Freudian theory of the unconscious and especially the priority of verbal interpretation in psychotherapy. Thomas Fuchs horizontal approach to the unconscious, from the field of contemporary psychopathology, is presented. From the field of relational-psychoanalysis, the concept of *implicit relational knowing* as elaborated by the *Boston Change Process Study Group* as well as Donnel B. Stern's concept of the unconscious as unformulated experience, are presented. As a result, it is possible to comprehend how phenomenology and psychoanalysis are currently intertwined, opening up, through a phenomenological-hermeneutical understanding of the unconscious, a privileged space to implicit-procedural aspects of relational exchanges within the clinical space.

Keywords: Phenomenology; Relational Psychoanalysis; Unconscious; Procedural-Implicit; Body Memory.

Resumen: El planteamiento de las dinámicas de naturaleza corporal, implícito-procedimentales, ha, en las últimas décadas, aproximado nuevamente la fenomenología y el psicoanálisis, y, más específicamente, la psicopatología y el psicoanálisis relacional. El presente texto pretende demarcar los principales puntos temáticos en el encuentro de esos conocimientos en la actualidad, enfocando particularmente los aspectos de convergencia teórica y las implicaciones clínico-psicoterapéuticas. Tomando eso en cuenta, presentaremos las concepciones contemporáneas de inconsciente procedentes de las dos áreas de investigación mencionadas. A partir de esa presentación se harán accesibles los límites de la teoría freudiana clásica del inconsciente y de la respectiva primacía de la interpretación verbal en la psicoterapia. De la psicoterapia contemporánea presentamos el enfoque horizontal del inconsciente en la caracterización de Thomas Fuchs. Del psicoanálisis relacional utilizamos los conceptos de conocimiento relacional implícito, creado por el *Boston Change Process Study Group*, y el concepto de inconsciente como experiencia no formulada, de Donnel B. Stern. Habiendo trilhado ese camino, se podrá percibir de qué manera, en la actualidad, la fenomenología y el psicoanálisis se encuentran y cómo, al hacerlo, le proporcionan, a través de una comprensión hermenéutico-fenomenológica del inconsciente, un lugar privilegiado a los aspectos implícito-procedimentales de los intercambios relacionales en el espacio clínico.

Palabras clave: Fenomenología; Psicoanálisis Relacional; Inconsciente; Implícito-Procedimental; Memoria Corporal;

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Bragança Paulista; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: fernando.rodrigues@daad-alumni.de / fernando.rodrigues@ifsp.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0427-7704>



Introdução: O Inconsciente na Intersecção entre Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea e Psicanálise Relacional

Há um renovado interesse no campo das práticas psicoterápicas em torno de uma possível intersecção entre fenomenologia e psicanálise (D'Agostini, Mancini & Rossi, 2019; Fuchs, Messas & Stanghellini, 2019; Lanfredini, 2019). Diz-se “renovado”, aqui, pois ambos os campos do conhecimento são hoje mais que centenários – e o movimento das aproximações e dos distanciamentos, amplamente conhecido, sempre existiu (Lohmar & Brudzinska, 2012). Na virada do século XIX para o século XX, fenomenologia e psicanálise vieram a público como ciências básicas da subjetividade, dedicadas ambas a tratar de conceitos como sujeito, consciência ou experiência subjetiva, coisa que por si só justificaria qualquer aproximação (Csordas, 2012; Leoni, 2019). Historicamente, porém, prevaleceram as controvérsias. Para a psicanálise, a consciência nunca foi muito mais, como observou Fuchs, que “um verniz reluzente a ocultar forças e processos psicológicos nas profundezas insondáveis do que é verdadeiramente efetivo” (Fuchs, 2012, p. 70). Enquanto para a fenomenologia, por outro lado, a consciência sempre foi o “*medium* ou a luz através da qual todos os fenômenos vêm a ser vistos em primeiro lugar e aparecem enquanto tais”, ou seja, um fenômeno de relevância central (p. 70).

Posto de outro modo: enquanto a psicanálise fez do inconsciente a mola propulsora do comportamento e movimento humano em geral, o *input* sempre efetivo e eficaz, ainda que oculto ou desconhecido, a fenomenologia, por outro lado, defendeu que algo como um inconsciente designava não mais que a consciência ela mesma, apenas que tomada na dimensão do implícito ao próprio fenômeno consciente ou, consequentemente, como dimensão não propriamente estranha ao sujeito e, portanto, a ele sempre de alguma maneira acessível pela via reflexiva (Fuchs, 2012, 2019). A despeito dessa tendência histórica a uma oposição, os últimos anos têm testemunhado um diálogo crescente e, em certa medida, convergente de ambas as abordagens da psique humana, especialmente quando o assunto é a produção de saber dirigido e aplicado à clínica psicoterápica, psicológica ou psiquiátrica.

Do ponto de vista da psicopatologia fenomenológica, é grande o esforço no sentido de fazer da fenomenologia algo mais que uma abordagem descritiva de fenômenos conscientes, tornando-a também um referencial adequado para a construção de modelos interpretativos consistentes para a compreensão tanto das variações psicopatológicas, como também de suas respectivas intervenções clínicas. A publicação, em 2019, do *The Oxford Handbook of Phenomenological Psychopathology* é um atestado disso (Stanghellini et al, 2019). Na medida em que dá protagonismo ao sujeito do sofrimento, a psicopatologia fenomenológica investiga a experiência do paciente em face de seu adoecimento situando-o sempre em um campo intersubjetivo, historicamente contextualizado – e é precisamente a partir dessa dimensão que, nos últimos tempos, fenomenólogos têm atentado para os achados inovadores no campo da psicanálise (D'Agostino, Mancini & Rossi, 2019).

De certo, não haveria uma aproximação possível não fosse o relativo acolhimento, no campo da psicopatologia fenomenológica, da noção psicanalítica de inconsciente (Lanfredini, 2019). Esse é, parece-nos, um suposto básico para o diálogo entre esses saberes. Nesse sentido, ressaltamos aqui a relevância do trabalho de Fuchs (2012, 2019). Discussões em curso sobre a dimensão pré-reflexiva da experiência operantes na situação clínica – ou seja, sobre as formas implícitas de consciência, os fenômenos de fundo, as atmosferas, os sentimentos existenciais, etc –, no campo de psicopatologia fenomenológica, deixam-se hoje informar também por uma certa noção de inconsciente, entendido enquanto dimensão corporizada, relacional e “horizontal” da experiência, residindo nos domínios da intercorporeidade e intersubjetividade. Aqui, precisamente, o ponto de intersecção, na atualidade, entre psicopatologia fenomenológica e psicanálise (Fuchs et al, 2019).

Trata-se, a bem da verdade, de uma psicanálise em específico, a chamada *psicanálise relacional*. Baseados em discussões oriundas da teoria britânica das relações de objeto, da teoria do apego, da psicologia do self e da psicanálise interpessoal, os teóricos relacionais vêm desenvolvendo, desde a década de 1980, uma compreensão da psique humana como primariamente moldada não primariamente por forças internas, mas antes de tudo pelas interações interpessoais (Rapoport, 2014; Krutzen, 2019, 2021, 2022). De maneira geral, pode-se dizer que o ponto em comum dos inúmeros autores da psicanálise relacional é a compreensão do ser humano não como uma máquina de instintos pulsionais (ou pulsões instintuais; *Triebe*), no sentido da psicanálise freudiana, mas como ser no mundo, em um sentido bem específico, a saber, um ser imerso (*embedded*) em contextos relacionais, passados e presentes (Mitchell, 1988).

Nessa perspectiva, o foco da exploração psicanalítica na atualidade se desloca do indivíduo tomado como um ente isolado e passa para o tratamento das interações relacionais e das experiências por meio das quais o indivíduo vem a ser (Greenberg & Mitchell, 1983). Supõe-se, assim, a intersubjetividade na clínica, uma vez que paciente e terapeuta analítico são compreendidos como sujeitos que experimentam juntos a realidade do sofrimento vivido e revivido na situação do enquadre (*setting*) clínico (Atwood & Stolorow, 1984). A dimensão da diáde, como sistema relacional paciente-terapeuta, igualmente, ganha relevância: o terapeuta



analítico não detém o conhecimento objetivo a respeito do paciente e o paciente não é o objeto de seu conhecimento, a experiência é co-construída (Mitchell & Aron, 1999).

Compreende-se, assim, por que Fuchs, Messas & Stanghellini (2019) apontaram para a psicanálise relacional não apenas como campo promissor para um diálogo em torno das questões do sofrimento psíquico humano, no âmbito da psicopatologia fenomenológica, mas também no que diz respeito à própria compreensão da psique, ou seja, a teoria geral da mente – ponto relevante para a psicanálise enquanto campo teórico de investigação (Mezan, 2014). O sentido da indicação tem que ver com o reconhecimento de que a psicanálise relacional, na medida em que coloca ênfase sobre a dimensão implícita e procedural dos processos inconscientes, também privilegia mais a experiência pré-reflexiva do que a reflexiva, mais as formas implícitas de consciência do que as explícitas, dando relevo a fenômenos de fundo tais como atmosferas, sentimentos existenciais e os distintos modos do *Self*-com-um-outro, todos esses temas fundamentais da psicopatologia fenomenológica contemporânea (Fuchs et al, 2019; Francesetti & Griffero, 2019).

Para D'Agostino, Mancini & Monti (2019), as discussões teórico-clínicas sobre o sistema ou campo relacional amplo em que a experiência humana é continuamente moldada, ou seja, a matriz intersubjetiva em que somos enraizados dentro e fora da clínica, é o que constitui o ponto de intersecção, na atualidade, entre fenomenologia e psicanálise e, como já indicado, mais especificamente, entre psicopatologia fenomenológica e psicanálise relacional. Em ambas as abordagens interessa hoje pensar mais no “*quê*” da experiência vivida dos pacientes, e não tanto no “*porque*”. Em ambas, igualmente, concede-se lugar privilegiado aos ingredientes relacionais implícitos ou, como propõe Donnel B. Stern, às *experiências não formuladas* (Stern, 2018, 2019). Atesta-se assim, de ambos os lados, a crise o primado da interpretação na intervenção terapêutica, nos moldes da psicologia profunda (D'Agostino et al, 2019) – com a subsequente necessidade de delineamento de um modelo teórico-clínico que considere a díade terapeuta-paciente como um sistema interpessoal primário de significação (*meaning*).

No que segue, são apresentadas algumas aproximações teóricas possíveis entre psicopatologia fenomenológica contemporânea e psicanálise relacional. Trata-se, seguramente, de um primeiro exercício. A hipótese básica é a de que, na esteira do sugerido por Fuchs (2012; 2019), é possível uma consideração fenomenológica do inconsciente – desde que por inconsciente seja compreendido primariamente não algo como uma realidade intrapsíquica, vigente sob a forma de um baú de representações plenamente elaboradas, mas sim como dimensão do próprio corpo vivido, manifesta inter-corporalmente no espaço vital. É o que Fuchs denomina concepção *horizontal* de inconsciente. Além disso, supõe-se que essa concepção horizontal e fenomenológica de inconsciente seja efetivamente operante no modelo teórico-clínico da psicanálise relacional, o que comprovaria a convergência teoria desses saberes na atualidade. Apresentam-se, então, dois conceitos oriundos dessa recente tradição de psicanálise: 1) o saber relacional implícito, na perspectiva do Boston Change Process Study Group (1998a, 1998b, 2005, 2010, 2018) e 2) o conceito de inconsciente como *experiência não formulada*, de D. B. Stern (1983, 1997, 2018, 2019). O trabalho é concluído com a indicação do problema dos processos de mudança como campo profícuo para a continuidade do diálogo entre psicopatologia fenomenológica e psicanálise relacional.

A Dimensão Corporal e Horizontal do Inconsciente na Psicopatologia Fenomenológica de Thomas Fuchs

Na psicanálise clássica, como outrora já aludido, o inconsciente foi concebido como uma realidade primariamente intrapsíquica, escondida abaixo da consciência e inacessível a ela. Decisivo em seu conceito, vale destacar, é a premissa – antiga, a bem da verdade –, da vigência de forças de influências, em operação na mente humana, para além (ou, mais precisamente, aquém) da lucidez consciente. Ao longo dos séculos, como recapitula Sayers (2014), fez-se reiteradamente presente a ideia de uma inspiração divina, posta em causa externamente ou internamente, bem como a ideia da possessão demoníaca. A referência remontaria aos *Vedas*, onde são encontradas indicações a respeito de influências análogas às inconscientes sobre a produção psicopatológica e, mais recentemente, ao *Sobre a enfermidade* (1567), de Paracelsus, nos mesmos termos (Sayers, 2014). O tema, igualmente, se fez presente na literatura, nas peças de Shakespeare, por exemplo, e também na filosofia, tendo sido em menor ou maior medida explorado por autores como Spinoza, Leibniz, Schopenhauer, Kierkegaard e Nietzsche. A propósito, a utilização filosófica – a cunhagem propriamente filosófica do termo – inconsciente (*das Unbewusste*) é atribuída a Schelling, filósofo alemão do período romântico (Sayers, 2014).

A noção de inconsciente como consistindo de representações psicológicas de instintos cuja possível entrada na consciência foi interdita por meio do mecanismo primário da repressão (*Verdrängung*; processo primário), em conjunto com experiências outrora conscientes e, entretanto, também submetidas à repressão (processo secundário), formam o conjunto, ao mesmo tempo caótico e coeso, das *representações de coisas* (*Dingvorstellungen*) freudianas, definindo inconsciente no contexto da primeira tópica (Freud, 1900/2019; 1915/2010; 1915/2010b). Na década de 1920, mais especialmente em *O Eu e o Isso*, Freud (1923/2011) remodela a tópica do psiquismo, de uma maneira agora estrutural, dividindo a mente em três estruturas: o reservatório inconsciente do *isso* (*Es*); a superestrutura superegoica do *supra eu* (*Über-Ich*), origem da consciência moral e da lei; e a consciência ou *eu* (*Ich*), capaz de se referir ao princípio de realidade.

Essa remodelagem tópica do inconsciente freudiano envolve também, segundo Mezan (2013), uma re-



formulação do sentido e da meta da intervenção terapêutica analítica: da capacitação do sujeito, para que possa vir a ser consciente a respeito de seus próprios desejos (inconscientes) dinamicamente reprimidos e patogênicos, na direção de um modelo mais voltada à liberação (ou libertação) da libido de suas fixações a fantasias inconscientes – referidas essas, por sua vez, às fases oral, anal e genital do desenvolvimento psicosexual. Em um caso ou no outro, o procedimento técnico-clínico é o mesmo: 1) primazia da regra de ouro da livre associação, por parte do paciente; e 2) a escuta em atenção flutuante por parte do analista, a partir de um estado neutro e abstinente, condição para a interpretação adequada dos conteúdos recalcados que se manifestam, por exemplo, nos sonhos, nos atos falhos, nos não ditos, nos silêncios etc. (Mezan, 2013).

Em contraste a essa concepção “vertical”, Fuchs (2012, 2019) ousou esboçar os traços característicos essenciais para uma abordagem *horizontal* do inconsciente, compreendido não mais como fenômeno exclusivamente intrapsíquico, mas como fenômeno estendido e, por isso mesmo, vivido como uma dimensão corporal e de *intercorporalidade* (conceito de Fuchs de inspiração merleau-pontyana)¹. Trata-se de uma abordagem que toma como ponto de partida a totalidade das disposições implícitas de percepção e de comportamento mediadas pelo corpo e sedimentadas no curso das experiências mais tenras dos infantes humanos. Nas palavras do autor: “o que pertence à memória corporal é o que persevera, não na forma de uma memória explícita, mas enquanto um ‘estilo de existência’ impregnado no corpo vivo” (Fuchs, 2012, p. 69).

No entendimento de Fuchs, fixações inconscientes devem ser entendidas como restrições da potencialidade expansiva e criativa do ser no mundo – *expansão* essa que, enquanto qualificativo existencial, determina, ao menos desde Heidegger (Reis, 2018, 2019), o que há de mais essencial no movimento vital do existente humano. Experiências inibitórias se tornam patogênicas sempre na medida em que afetam e, por vezes, até mesmo fraturam os pilares basilares das estruturas experienciais – a vivência interna e compartilhada de temporalidade, corporeidade, espacialidade, alteridade, ipseidade, na terminologia da psicopatologia fenomenológica (Fernandez & Koster, 2019). É quando se pode falar, na perspectiva de psicopatologia fenomenológica, em algo como *trauma psíquico* (Pederson, 2014) ou *psicotraumatologia* (Steele, Boon & Van der Hart, 2017). Restrições ou obstruções designam, assim, encurtamentos impeditivos do espaço vital e do existir humano em geral, pois limitam o espaço de jogo da existência, trazendo consigo cargas intensas de sofrimento. Foi o que o psiquiatra e fenomenólogo de Heidelberg Wolfgang Blankenburg chamou de *psicopatologia do poder-ser* (*Psychopathologie des Könnens*) ou, simplesmente, de *psicopatologia da liberdade* (*Psychopathologie der Freiheit*) (Blankenburg, 2017).

Os traços traumáticos são, na perspectiva da psicopatologia fenomenológica de Fuchs, marcas vivenciais impregnadas no corpo vivo – e isso significa que elas não estão escondidas em um mundo psíquico interior, mas se manifestam, como em uma relação de figura-fundo, na forma de *pontos cegos* ou *espaços vazios* no viver do dia a dia (Fuchs, 2012, 2019). Esses pontos cegos ou espaço vazios, aos quais Fuchs está aí chamando a nossa atenção, manifestam-se de modos muitos diversos, a saber, nos padrões de comportamento em que uma pessoa repetidamente recai (*compulsão à repetição*); em situações que ela evita, sem estar consciente disso (*fobias*); ou em oportunidades oferecidas pela vida, que ela não ousa aceitar, ou mesmo vislumbrar (*melancolia*). Nesse sentido, o *inconsciente da memória corporal*, no sentido aventado por Fuchs, é caracterizado pela ausência de experiências esquecidas e, ao mesmo tempo, pela presença dessas experiências, como uma presença corporal e intercorporal, manifesta no espaço vivido e no cotidiano de uma pessoa (Fuchs, 2012, 2019).

Cabe reconhecer que Freud, a bem da verdade, não apenas viu o corpo como a origem do *eu* (*Ich*): o corpo também desempenha papel decisivo na teoria do desenvolvimento sexual, na teoria das pulsões (Mezan, 2013). Entretanto, o dualismo mente/corpo permanece de grande impacto na teoria psicanalítica clássica. Em última análise, as pulsões são quantidades somáticas interiores e objetivas, ou seja, não são fenômenos vitais intercorporalmente vividos, como quer Fuchs. Suas representações, ademais, não pertencem a um corpo libidinal repleto de qualidades hedônicas intercorporalmente moduladas [tal como se poderia compreender o corpo vivo freudiano], mas são parte da psique entendida como aparato oculto, onde os derivados e as energias pulsionais são convertidos um no outro e distribuídos, de novo, em vários níveis. Por fim, mesmo quando o corpo é concebido como a base para a formulação dos significados simbólicos ou imaginados, ou seja, mesmo quando é tomado como o campo primário de projeções da psique, é esta última, como aparato interno que, em última instância, precisa ser submetida a um escrutínio, com vistas aos significados ocultos. Nas palavras do autor: “*esse modelo dualista não considera, assim, que os fenômenos mentais podem, ao mesmo tempo, ser corporais*” (2012, p. 71; grifo nosso).

Dito de modo sumário: com a ideia de “aparato psíquico”, cria-se na psicanálise clássica uma entidade que serve como um tipo de contêiner para imagens e memórias da realidade externa. Dessa forma, o *eu* permanece separado de partes importantes desse compartimento por meio de uma radical ignorância, chamada *clivagem* (*Spaltung*) e, por consequência, permanece alheio ao inconsciente dinâmico e topograficamente estruturado, essencialmente distinto do pré-consciente enquanto o “previamente sabido” latente e implícito. Entre o pré-consciente e o inconsciente repousa o mecanismo econômico da repressão (*Verdrängung*) e tanto o que é reprimido, como também o mecanismo mesmo da repressão, fogem à consciência. Incorre-se, assim, em uma objetificação dos processos psíquicos, com consequente obscurecimento da corporeidade do *eu* que

¹ Publicado pela primeira vez em 2012, em compêndio organizado por Lohmar e Brudzinska (2012), o texto de Fuchs figura também no mais recente *The Oxford Handbook of Philosophy and Psychoanalysis*, de 2019 (Gipps & Lacey, 2019).



vivência. A própria psique é dividida em duas partes, consolidando o modelo vertical, e o inconsciente se converte em uma terra estrangeira interior, quase uma realidade externa (Fuchs, 2012, 2019).

Fuchs atenta para a importância de, nesse momento, ter-se em vista a objeção de Husserl quanto a motivações “inteiramente estranhas” ao sujeito. Como poderia o sujeito, afinal, estar em condições de fazer um significado assim tão estranho novamente um significado seu –, não tendo ele, em sua origem e latência, sempre sido *seu* próprio significado? Aqui desempenha papel central a *memória corporal*, conceito que, para Fuchs, implode o dualismo mente/corpo, na medida em que faz mudar as experiências corporais e intercorporais de uma pessoa, transformando-as em predisposições que proveem a base mais inconsciente para o viver rotineiro habitual:

A questão será a de saber em que medida o inconsciente pode ser localizado nas relações vividas e na conduta de uma pessoa – em outras palavras, na dimensão *horizontal* do corpo vivido e da intercorporalidade. Em que medida pode um tal conceito refletir elementos do inconsciente freudiano? [...] Se, seguindo Merleau-Ponty, tomamos o corpo não como corpo visível, tocável e senciente, mas como a *capacidade* de ver, de tocar, de sentir, então memória corporal designa a totalidade dessas predisposições corporais no modo como elas se desenvolveram ao longo do nosso desenvolvimento – em outras palavras, em sua dimensão histórica. Na memória corporal, as situações e ações experienciadas no passado são como que fundidas, sem que nenhuma reste fora individualmente. Por meio da repetição e da superimposição de experiências, uma estrutura habitual se formou: uma sequência motora bem praticada, formas (*Gestalten*) que são percebidas repetidamente, formas de ação e de interação converteram-se em um conhecimento corporal implícito e uma habilidade. [...] Essa abordagem converge com resultados recentes, no campo de pesquisa sobre a memória, no que diz respeito à significação da memória *implícita* que está na base do nosso comportamento costumeiro e também das nossas *evitações* inconscientes de ação” (Fuchs, 2012, p. 73; grifos do autor).

A memória corporal, na abordagem de Fuchs sintetizada nessa citação, forma não apenas um sistema interior de inibições e desinibições restritas ao corpo físico. Antes disso, ela constitui um novo *campo* sensorio-motor restrito, hedônico e interativo em que, como seres corporizados, nos movemos continuamente e nos conduzimos, mas de um modo por vezes restrito, obstruído. A terminologia da *psicologia do campo* de Kurt Lewin (1890-1947) se oferece aí ao catedrático de Heidelberg, particularmente o conceito de *espaço vital*, ligando-se às estruturas da memória corporal. O espaço vital tem na pessoa e em seu corpo o seu centro e é definido pelas características experienciadas, tais como proximidade e distância, estreiteza e amplitude, conexão ou separação, acessibilidade ou evasão. Ele é estruturado, por fim, por *limites* (*boundaries*) que oferecem resistência ao movimento. O resultado é a produção de *setores*, mais ou menos delimitados claramente, como, por exemplo, o espaço peripessoal em torno do próprio corpo, os territórios reivindicados como lar ou propriedade, as esferas de influência, mas também zonas proibitivas ou tabus.

O espaço vital é ainda permeado pelas ‘*forças do campo*’ ou ‘*vetores*’, primariamente aqueles que atraem ou repelem. Forças atrativas e repelentes que competem no espaço vital levam a conflitos típicos (atração *versus* aversão; atração *versus* atração), que podem ser vistos como direcionamentos conflitantes de movimentos ou de possibilidades que são ofertadas a uma pessoa em uma situação determinada. Um exemplo de campo de forças conflitantes, segundo Fuchs, é oferecido pela situação da criança pequena que oscila para trás e para frente entre o vínculo com sua mãe e a sua curiosidade. A sua mãe é, antes de tudo, o porto seguro, o centro de gravitação que curva o espaço experienciado da criança de tal modo que ela permanece na vizinhança da mãe. Esse espaço então adquire um gradiente: quanto mais a criança se move para longe da mãe, mais vazio, mais solitário o espaço se torna. Quando ele de novo se condensa em torno de outros, de pessoas estranhas, a criança primeiro faz um contorno ao redor deles: a curvatura espacial próxima a eles é negativa. Aos poucos, o ímpeto exploratório da criança e os atrativos do ambiente fazem afrouxar o laço com a mãe e então se torna possível aumentar a distância – apenas até que o laço tenha sido estendido por demais e a criança corra, por fim, de volta para a sua mãe. Esse exemplo é, para Fuchs, uma boa ilustração do fato de que as estruturas de campo relacional e interpessoal, essencialmente contextual, somente são o que são porque estão baseadas na memória corporal, nesse caso na história das experiências qualitativas que a criança tem de proximidade e de laços com a mãe (Fuchs, 2012, 2019).

O Inconsciente como Saber Relacional Implícito na Abordagem do Boston Change Process Study Group

Do ponto de vista de uma fenomenologia da intercorporalidade e da memória corporal, como indicado na seção anterior, o inconsciente não é uma realidade intrapsíquica situada nas profundezas da consciência. Antes, ele permeia a vida consciente e o todo do campo vivencial humano, logo, não como um arcabouço real de conteúdos intencionais já elaborados, simplesmente aguardando revelação, mas, antes disso, indo ao encontro do que se elaborou mais recentemente no interior da tradição de psicanálise relacional nos EUA, como um *saber relacional implícito* (Boston Change Process Study Group, 2010). Trata-se assim, em ambas as tradições – psicopatologia fenomenológica europeia contemporânea e psicanálise relacional estadunidense



–, de um inconsciente feito acessível não por meio de uma psicologia profunda, e sim na análise das relações objetais e intersubjetivas, um inconsciente manifesto sob a forma de obstáculos ou inabilidades emocionais, obstruções vivenciais ou impossibilidades relacionais. Assim, embora fenomenologia e psicanálise tenham permanecido bastante tempo em oposição uma à outra, dadas as suas divergentes concepções iniciais sobre a possibilidade e o papel do inconsciente, a atualidade dos desenvolvimentos nesses saberes aponta para convergências que, se bem exploradas, podem não apenas favorecer o desenvolvimento das pesquisas em ambos os campos, mas também implicar em contribuições importantes para a clínica psicoterápica do sofrimento humano, nas mais diversas figurações de transtornos antropológicos e psicopatológicos impeditivos de uma vida rica em criatividade e sentido.

Premissa básica de uma orientação teórica que põe em relevo e, conseqüentemente, privilegia a dimensão implícito-procedural das dinâmicas interpessoais do encontro clínico é a de que aquilo que interessa, tendo em vista a apreensão temática do sofrimento em pauta na relação terapêutica, não é, primariamente ou exclusivamente, a explicação do significado determinístico do sintoma, segundo um modelo linear, sucessivo-causal, e pelo associação recursiva ao passado do trauma, da fantasia ou da fixação e sua subsequente interpretação. Naturalmente, supõe-se que todo padecimento psíquico tem uma história e que os sentidos e os motivos do sofrimento psíquico ou psicopatologia são relevantes. O foco, entretanto, dirige-se ao que se pode compreender como um sistema interpessoal primário de significação no interior do qual formas de sofrimento são gestadas e disrupções são produzidas. A esse sistema interpessoal primário de significação, no modo como ele acontece para um ser humano desde o seu nascimento, na díade com a cuidadora, é que os estudiosos do Boston Change Process Study Group (2010) chamam de *saber relacional implícito*. Trata-se de um senso compreensivo tácito, básico e compartilhado, fundado na história individual de cada um e vigente como insígnia do seu modo peculiar de ser com o outro. A dimensão de ressonância desse fenômeno é primariamente pré-verbal, pré-reflexiva, ou seja, vivida e compartilhada como experiência corporal e afetiva que, de tal modo, antecede a palavra e a simbolização e significação mediadas por ela. Daí a relevância do saber relacional implícito para a situação terapêutica: ele remete aos momentos intersubjetivos ocorrendo entre paciente e terapeuta, capazes de criar novas organizações e de reorganizar não apenas a relação entre eles, mas o próprio saber procedural, ou seja, a maneira de ser, tanto em relação a si mesmo como em relação ao outro (D'Agostino et al, 2019).

Uma característica dessa perspectiva, que partilha do entendimento contemporâneo de que a mente é sempre corporizada (Varela, Thompson & Rosch, 1991), é ter em conta que todo pensar – e, conseqüentemente, o pensar que um paciente articula na clínica toda vez que narra a sua própria história individual – emana do corpo vivo relacional, o que inclui os seus movimentos, as suas ações e, de muito especial, os sentimentos e as emoções. Essa orientação teórica, que dá testemunho da relevância da dimensão da corporeidade do sujeito, ganha lugar cada vez mais central na psicopatologia fenomenológica contemporânea e na psicanálise relacional.

Os pesquisadores do Boston Change Process Study Group insistem no relevo e na prevalência clínica do saber relacional implícito (1998a, 2005, 2010). Presumem, com isso, que todo encontro humano supõe a vigência prévia de um sistema motivacional e que a intersubjetividade na clínica é uma fonte peculiar para a manifestação ou *enactment* de vivências cheias de conteúdo significativo implícito, corporalmente sedimentados. A dimensão do saber relacional implícito, porém, não se identifica com aquela do inconsciente dinâmico. A primeira, sendo da ordem imediata do vivido, solicita, em primeiro lugar, não a interpretação verbal, mas a partilha intersubjetiva, em um momento de presença – uma *mutualidade* vivida empaticamente. A consciência é como que atravessada por essas vivências na situação clínica, momento a momento. E é só então que tudo isso, que constitui o avesso da consciência, encontra a sua base corporal, vivencial, experiencial para que o implícito possa vir à palavra na composição da narrativa de si. O ponto é importante, pois se trata de levar em conta que, na situação terapêutica algo sempre *acontece*, ou *deve acontecer* (com a devida ênfase nesse *acontecer*), a saber, a partilha da experiência subjetiva vivida, condição necessária para o processo de mudança, o *seguir adiante* (*moving along*), na descrição do Boston Change Process Study Group (2010).

Uma derivação clínica bastante específica, porque referente ao próprio manejo do tratamento, diz respeito, assim, aos limites da interpretação verbal no processo da cura. A interpretação verbal, por certo, faz parte do processo, mas não o esgota. A transformação, primariamente experienciada como expansão do campo intersubjetivo – do espaço vital ou do mundo vivido –, há de ser *vivenciada*, o que se dá na forma da reorganização da autocompreensão de si mesmo em face de novas metas terapêuticas e, igualmente, existenciais. Há, nesse sentido, “algo mais” que se requer do terapeuta analítico do que tão somente a argúcia da boa interpretação (Boston Change Process Study Group, 1998a, 2005, 2010). O *seguir adiante* só pode se consumir, nessa perspectiva, somente na medida em que o terapeuta for capaz de ressoar afetivamente, junto com o paciente, o momento propício e presente de encontro intersubjetivo transformacional. *A transformação tem que ser vivida em um momento de encontro intersubjetivo*, e esse é o “algo mais” que põe em xeque não apenas a neutralidade abstinente do terapeuta clássico, mas o próprio primado da interpretação na clínica (Boston Change Process Study Group, 1998a, 1998b, 2005, 2010).

Sabe-se que a psicoterapia, como *talking cure*, tem na palavra um recurso muito especial. Todavia, o que cria contextos intersubjetivos para a experiência de partilha da palavra é da ordem do implícito. E é como



partilha, propõe-se, que um momento presente se efetiva enquanto momento de encontro intersubjetivo. É essa partilha que precisa ser sustentada (*holding*), para que o seguir adiante seja possível. A interpretação, que se constrói sobre uma compreensão não mais estritamente pulsional do fenômeno humano, mas como interpretação eminentemente relacional, só alcança o seu sentido último na medida em que favorece os processos de mudança e promove a transformação. Nesse sentido, os sintomas típicos de quadros neuróticos como a compulsão à repetição têm, do ponto de vista fenomenal, o sentido de paralisias existenciais. A vida simplesmente não anda e o sujeito experimenta a si mesmo no modo da confusão mental, da obstrução (Boston Change Process Study Group, 1998a, 1998b, 2005, 2010).

Há, notadamente, uma questão epistêmica de base sempre embutida na caracterização do procedimento interpretativo como intervenção terapêutica. Do ponto de vista fenomenológico, implica interrogar sobre o que se pode esperar dessa intervenção, ou seja, sobre o que efetivamente acontece na clínica. Como indica Ricoeur (1970), a psicanálise clássica supõe, de fato, que a interpretação é capaz de repercutir na compreensão que o sujeito tem de si mesmo, ou seja, em sua autocompreensão e no próprio manejo de si mesmo. Pode-se, todavia, perguntar pelo sentido de novidade, isto é, pelo que propriamente é novo nessa auto-compreensão motivada pelo procedimento da interpretação. Em última instância, a questão é ontológica e recai sobre a natureza ou modo mesmo de ser do ente que existe na forma de um si-mesmo ou *self*. Em perspectiva hermenêutico-fenomenológica, o problema se converte naquele da caracterização do movimento vital humano e, do ponto de vista psicopatológico, no problema das obstruções factuais desse desenvolvimento, sob a forma da enfermidade existencial.

Interpretações verbais e expansões implícitas do campo intersubjetivo são vivências que se complementam, dado que, na prática, servem uma à outra. Interpretações verbais criam novos acontecimentos afetivos e esses, por sua vez, suscitam novas interpretações verbais. Disso derivam, notará Stern (2007), membro fundador do Boston Change Process Study Group, consequências clínicas. Reconhece-se, inicialmente, que a maioria dos terapeutas experientes leva essa circularidade em conta, ainda que um tanto sem pensar. Contudo, a integração de novas vivências carregadas de afetos à compreensão básica e integral de si mesmo por parte do paciente é algo que, antes de tudo, necessita acontecer, ou seja, precisa ser vivida, para além dos limites da boa compreensão (no paciente) e da boa interpretação (por parte do analista). Diz-se, com isso, que a ampliação do conhecimento sobre si mesmo não impacta, por si só, modificação e expansão do campo intersubjetivo. Alguma coisa ainda precisa acontecer. Para Stern (2007), talvez as duas consequências clínicas de maior destaque nessa discussão, partindo do suposto do caráter robusto do sistema motivacional intersubjetivo, são 1) a ênfase na ideia de *relacionamento terapêutico*, entendido como essencialmente um fenômeno de duas pessoas, logo, co-criado; e 2) um entendimento do processo terapêutico como um empenho de *regulação do campo intersubjetivo* – o que nos fornece uma perspectiva de organização do próprio *setting* como sistema de regulação mútua, na aliança e no relacionamento terapêuticos (Stern, 2007).

O Inconsciente como Experiência Não Formulada na Psicanálise Relacional de Stern

Uma dimensão eminentemente fenomenológica e, mais especialmente, hermenêutico-fenomenológica do modelo relacional de compreensão dos processos inconscientes e da clínica psicoterápica encontra-se, de modo bastante elucidativo, na concepção dos processos inconscientes como consistindo, basicamente e antes de tudo, de *experiências não formuladas*. Nesse sentido, destaca-se o trabalho do psicanalista teórico e clínico Donnel B. Stern (1983, 1997, 2018, 2019), cujo *leitmotiv* para a investigação e pesquisa, desde o início da década de 1980, consiste na “criação de uma teoria do inconsciente que reconhece, simultaneamente, o poder imponente e emergente do retrato do inconsciente feito por Freud, enquanto ao mesmo tempo oferece um igual reconhecimento das propriedades constitutivas da relacionalidade interpessoal” (Stern, 2018, p. 128).

Nesse sentido, o conceito do inconsciente como experiência não formulada, sem perder de vista o inegável poder e a significância das marcas vivenciais que cada qual traz consigo a cada instante, vai na direção de lançar luzes e colocar em relevo o poder, igualmente formativo do existir do ser humano, das propriedades relacionais e contextuais que viabilizam estados intersubjetivos e intrapsíquicos sempre novos. Pensar os processos inconscientes, a não consciência, sob os termos de experiências não formuladas permitiria, assim, extrapolar, e mesmo superar, o entendimento clássico corriqueiro do conteúdo inconsciente como representação simbólica distorcida e oculta, caminhando na direção de uma compreensão do aspecto potencial da experiência e das trocas implícito-procedurais que antecedem a veiculação das palavras. Essa é a ideia da experiência não formulada: um fenômeno vago, global e carregado afetivamente de saberes relacionais implícitos, cheios de potencial modificacional (no sentido do Boston Change Process Study Group), centrais de serem compreendidos e abordados nos processos clínico-psicoterápicos.

O processo de vocalização e de formulação explícita do vivido é o que se encontra tematizado na discussão sobre a dimensão implícita e procedural das experiências não formuladas. O que ganha expressão na experiência explícita, verbalizada, assenta sempre e advém, enquanto experiência, de um domínio mais básico de significação relativamente indiferenciada, que ainda precisa se desdobrar em palavras. O que se expressa na experiência explícita encontra-se em germe, pode-se dizer, na memória corporal e afetiva de um ser humano, corporizado desde as fases mais tenras de seu desenvolvimento. Apreende-se, com o conceito de experiência



não formulada, a dimensão propriamente imediata da experiência vivida, fonte de marcas vivenciais afetivamente carregadas de um significado rudimentar. Havendo condições propícias, esse significado vivido pode se tornar explícito ou *público* – como na terminologia de Sullivan (1940, 1953), recordada por Stern (2018). Nesse contexto, “público” quer dizer capaz de vir a ser compartilhado consensualmente e validado socialmente por um outro ser humano. Nas palavras de Sullivan, citadas por Stern como catalizadoras do seu próprio sentimento em face dos fenômenos inconscientes:

Um indivíduo tem informação sobre sua própria experiência individual somente na medida em que tende a comunicá-la a um outro, ou na medida em que reflete acerca dela na maneira do discurso comunicativo. Muito do que ordinariamente se denomina reprimido [ou recalçado] está meramente não formulado (Sullivan, 1940/1953, p. 185).

Pensar os fenômenos e processos inconscientes nesses termos, como pretende D. B. Stern ao buscar inspiração e respaldo nos trabalhos de Sullivan, implica recusar a tese, de orientação realista, segundo a qual o conteúdo do inconsciente deve ser compreendido primariamente como o reprimido ou o recalçado, na forma de uma ideia intolerável e descolada de um afeto, destinada a permanecer oculta e, ao mesmo tempo, determinante de comportamentos. A virada proposta implica na consideração de que a dinâmica dos processos de memória corporal e toda a dimensão do implícito e do procedural, em jogo nas trocas simbólicas não verbais, inclui inúmeros aspectos vivenciais ainda *não formulados*, ou seja, não propriamente desdobrados ou diferenciados em sentidos mais precisos ou mais específicos, um tipo de “condensação”, enfim, dos sentidos possíveis de uma determinada *experiência enquanto vivência*, na acepção hermenêutica dessa expressão (Orange, 2011).

Na clínica em psicoterapia, e na medida mesma das interações humanas em geral, esse aspecto do implícito, do procedural, revela-se incontornável. E é nesse ponto que, novamente, psicopatologia fenomenológica contemporânea e psicanálise relacional, se encontram. O inconsciente, na medida em que designa primariamente o que é implícito e procedural, vem ao encontro como dimensão *horizontal* do corpo vivido e do espaço vital, no sentido advogado por Fuchs (2012, 2019), posto que essas dimensões se entrelaçam e perfazem uma à outra, em um dinâmica de constituição recíproca. A práxis analítica, então, precisa ser pensada convenientemente como viabilização das condições propícias para que estados subjetivos não formulados possam emergir, diretamente do âmbito primitivo, global, não ideacional e carregado afetivamente que é o todo do corpo vivo radicado em um espaço vital. Nas palavras de Stern: “quando o campo interpessoal está configurado de um modo que o permita, o significado plenamente formado pode emergir. A psicanálise clínica é devotada ao reconhecimento e ao encorajamento dessas oportunidades” (2019, p. 7).

Nessa abordagem, a relacionalidade interpessoal da relação atual é compreendida como sendo perpassada de aspectos não conscientes no sentido do não formulado. O material não formulado é composto por tendências de articulação, manifestas no vínculo relacional e determinantes dele, ainda que não desdobradas ou formuladas explicitamente em uma articulação verbal partilhada e compreendida mutuamente. Há, em suma, uma dimensão hermenêutica implícita de partilha significativa, determinante do ser com o outro, que ainda espera ser explicitada. Esse princípio, enfim, acaba por determinar a própria concepção de realidade, em um sentido eminentemente hermenêutico: realidade não é apenas o percebido, no sentido de algo vigente exteriormente e meramente recebido: a realidade é, antes, como se pode dizer com Heidegger, o já *interpretado* (*als so und so ausgelegt*; 1923/1995, p. 48), condição de possibilidade da experiência. Dito de outro modo: nenhuma experiência propriamente humana é possível senão na base do significado, no contexto de um mundo que somente se deixa compreender como mundo de sentido, ou seja, supõe o vigor prévio da possibilidade da interpretação significativa de um todo de sentido, mesmo que nos modos do ainda não formulado.

Considerações Finais

Nesse trabalho, buscou-se delinear e discutir os aspectos teóricos e as implicações clínico-psicoterápicas de um conceito implícito-procedural de inconsciente, tal como proposto atualmente por autores provenientes da psicopatologia fenomenológica e da psicanálise relacional. Chamou-se atenção, com isso, para a convergência temática desses campos de investigação na atualidade, um movimento que apenas começa a ter início. De maneira sucinta, pode-se dizer que o aspecto decisivo nesse movimento de consonância entre psicopatologia fenomenológica e psicanálise relacional advém da ênfase que se coloca, em ambas as abordagens, sobre o sistema ou campo relacional interpessoal, no âmbito do qual a *experiência vivida* humana é continuamente moldada, ou seja, a matriz intersubjetiva em que o ser humano vive e necessita viver. Assim, a despeito do inegável estranhamento histórico entre fenomenologia e psicanálise, o que a contemporaneidade testemunha é um diálogo crescente, e a virada relacional em psicanálise é, para tanto, da maior importância.

De certo modo, parece justo afirmar que a virada relacional na psicanálise é, com efeito, uma virada hermenêutico-fenomenológica. Uma afirmação dessa magnitude suscita, obviamente, questionamentos e desdobramentos que não poderão ser encaminhados nesse espaço. Entretanto, um programa de pesquisa que pretenda, na atualidade, orientar-se nesse sentido, não precisa partir do zero. A agenda do pré-reflexivo, do antepredicativo e do implícito – temas fenomenológicos consagrados – já invadiu de cheio o campo da psicanálise. Mas também é inegável que, de outro lado, a fenomenologia clínica, como visto no caso de Tho-



mas Fuchs, não recusa mais um acolhimento da dimensão não consciente dos fenômenos psicopatológicos e, ao que nos parece, precisamente em conformidade com conceitos como o de saber relacional implícito, do Boston Change Process Study Group, e de inconsciente como experiência não formulada, nos termos de Donnel B. Stern.

A título de conclusão, é possível apontar para tarefas de pesquisa, tendo em vista encaminhamentos futuros. O movimento relacional em psicanálise depende, em grande medida, de uma mudança decisiva nos modos de se conceber a possibilidade do avanço das pesquisas teórico-clínicas no campo do saber psicoterápico. Desde o final da década de 1970, especialmente a partir dos esforços pioneiros de Daniel N. Stern (Beebe, 2017), psicanalistas deixaram seus consultórios e passaram a frequentar, com o mesmo interesse, laboratórios de pesquisa experimental em psicologia do desenvolvimento, com foco nas interações diádicas entre cuidadores e bebês ainda infantes (Krutzen, 2021). Esse trabalho foi determinante para a fundação do Boston Change Process Study Group na década de 1990, por exemplo, na medida em que o coração da orientação teórica desse grupo de pesquisa pulsa a partir da tese de que inúmeros aspectos de mudança desenvolvimental na mais tenra infância, enquanto aspectos dependentes das interações entre cuidadores e bebês, podem, tendo sido devidamente escrutinados, prover uma luz peculiaríssima para a compreensão dos processos de mudança na psicoterapia de adultos (Boston Change Process Study Group, 1998; Beebe & Lachmann, 2002).

A interação mãe-bebê funciona como um sistema relacional diádico de regulação de si mesmo e de mútua regulação interativa. Dinâmicas interacionais, jogos relacionais e processos intersubjetivos são nitidamente perceptíveis nas situações de engajamento e de desengajamento diádico que permeiam a relação entre cuidadores e bebês, o que aponta para a prematuridade das experiências humanas de significação. Com base em padrões primitivos de interação regulativa se busca compreender a origem pré-simbólica das representações de si mesmo e do objeto ou, em termos hermenêutico-fenomenológicos, da compreensão de si mesmo e do objeto. Em um contexto teórico que confere centralidade aos processos intersubjetivos de comunicação afetiva constitutivos dos sistemas relacionais e da organização do próprio *self*, o significado cresce e emerge primariamente – é o que revela a psicologia do desenvolvimento – a partir das trocas vinculares nos jogos afetivo-comportamentais que modulam a relação mãe-bebê. Para que o existir humano possa acontecer, capacidades primitivas de figuração pré-simbólicas revelam-se como necessárias, como condicionantes da possibilidade da experiência (Stern, 1985/1998).

Também a fenomenologia contemporânea tem visitado a psicologia do desenvolvimento. Em publicação recente, Vincini & Gallagher (2021) exploraram a relação entre fenomenologia e psicologia do desenvolvimento por meio do enfrentamento de um problema básico em cognição social, o acesso mais básico e fundamental à mente do outro. Os autores se dedicaram tanto a compreender de que modo a fenomenologia pode se beneficiar da ciência do desenvolvimento, bem como de que maneira, na via oposta, uma fenomenologia desenvolvimental pode contribuir para os avanços da ciência do desenvolvimento. Além disso, as teses nativistas vêm ganhando, em conformidade com os avanços da psicologia cognitiva, um novo frescor, com a renovada assunção de que a habilidade de percepção dos estados mentais alheios é inata, funcionando como percepção social direta, e trazendo consigo uma série de implicações relevantes para o campo da fenomenologia transcendental (Vincini & Gallagher, 2021).

Tendo partido do princípio de que a fenomenologia pode ir além da tarefa, considerada básica, de compreender uma avaliação e interpretação dos achados experimentais das ciências do desenvolvimento, os autores defenderam que a fenomenologia põe em movimento noções e teorias que concorrem e podem inclusive disputar ou competir em adequação empírica com os achados que, de saída, lhe compete avaliar e interpretar. Por exemplo: a noção de *emparelhamento*, da tradição de Husserl e Merleau-Ponty, poderia constituir e prover uma abordagem viável sobre o modo como os infantes acessam os estados mentais alheios, a mente de um outro ser humano. Os autores inclusive descrevem um número de maneiras por meio das quais é possível testar a abordagem do emparelhamento, contribuindo, assim, com a geração de conhecimento empírico. Ademais, considerações temáticas sobre infantes e crianças são registros relativamente frequentes no interior da tradição fenomenológica e indicam a pretensão teórica no sentido de exemplificar e mesmo explicitar estruturas fundamentais condicionantes das experiências significativas mais tenras dos seres humanos (Vincini & Gallagher, 2021).

A fenomenologia pode avançar, assim, na consideração genética acerca das *condições de possibilidade* da experiência vivida de fenômenos tais como o tempo, o espaço, a materialidade dos objetos etc., e o faz sempre enfrentando problemas da psicologia clássica: como pode um sujeito adquirir, por exemplo, a ideia do espaço, do tempo, de uma coisa material? O suposto metodológico é a concepção de *mútuo esclarecimento* entre fenomenologia e ciência cognitiva do desenvolvimento, uma posição teórica conhecida atualmente como *fenomenologia naturalizada* (Vincini & Gallagher, 2021). Inserido nesse movimento, Reis (2020) considerou a possibilidade de uma abordagem desenvolvimental do modo de ser da existência humana, em termos heideggerianos, ao avançar na direção de uma colaboração produtiva entre psicologia experimental do desenvolvimento e fenomenologia hermenêutica. O autor considerou o fenômeno da imitação neonatal diferencial como um campo para o exame das possibilidades e limites dessa colaboração bilateral, tendo discutido a possibilidade de uma fenomenologia desenvolvimental *existencial* e a possibilidade de uma ontogênese da compreensão de ser, estrutura hermenêutico-fenomenológica fundamental da possibilitação da experiência vivida, na perspectiva de Heidegger (Reis, 2020).



A psicanálise relacional conhece bem esse espírito colaborativo da fenomenologia naturalizada contemporânea, dada sua relação onívora com as ciências da mente em geral, em especial a psicologia do desenvolvimento, mas o seu acolhimento de contribuições propriamente fenomenológicas ainda permanece restrito. Seja como for, talvez nada lhe seja mais característico do que o fato de representar, na atualidade das práticas psicoterápicas, um campo essencialmente marcado pela ênfase na centralidade desenvolvimental normal e psicopatológica das dinâmicas próprias da relacionalidade social (Krutzen, 2021). Para Bromberg, por exemplo, é precisamente nesse âmbito das trocas sociais implícito-procedurais dos infantes pré-verbais com seus cuidadores que uma teoria do trauma, com foco no fenômeno da dissociação, deve ser buscada (Bromberg, 1998, 2006, 2008, 2009, 2011, 2017). Talvez convenha, nesse sentido, também à psicopatologia fenomenológica contemporânea visitar a psicologia do desenvolvimento, mas obviamente não de modo exclusivo. Os achados clínicos de uma abordagem psicoterápica essencialmente relacional, cujo ponto de partida é a dimensão implícito-procedural do efetivamente *vivido* pela diáde no enquadre terapêutico, ao que nos parece, também são decisivos.

Referências

- Beebe, B. (2017). Daniel Stern: Microanalysis and the Empirical Infant Research Foundations. *Psychoanalytic Inquiry*, 37(4), 228-241. DOI: <https://doi.org/10.1080/07351690.2017.1299498>
- Beebe, B. & Lachmann, F. (2002). *Infant Research and Adult Treatment: Co-constructing Interactions*. London: The Analytic Press.
- Blankenburg, W. (2017). *Psychopathologie des Könnens*. Ausgewählte Aufsätze. Herausgegeben von Marin Heinze und Julian Schwartz. Berlin: Porodos.
- Boston Change Process Study Group (1998a). Non-interpretive Mechanisms in Psychoanalytic Therapy. The 'Something More' than Interpretation. *International Journal of Psychoanalysis*, 79(1), 903-921. Recuperado de <https://icpla.edu/wp-content/uploads/2012/10/Stern-D.N.-Non-Interpreteive-Mechanisms-in-Psychoa.-Therapy-Int.J.-Psychoa.-vol.79-1998.pdf>
- Boston Change Process Study Group (1998b). The process of therapeutic change involving implicit knowledge: Some implications of developmental observations for adult psychotherapy. *Infant Mental Health Journal*, 19(3), 300-308. DOI: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-0355\(199823\)19:3<300::AID-IMH-J5>3.0.CO;2-P](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-0355(199823)19:3<300::AID-IMH-J5>3.0.CO;2-P)
- Boston Change Process Study Group (2005). The "Something More" Than Interpretation Revisited: Sloppiness and Co-Creativity in The Psychoanalytic Encounter. *JAPA – Journal of the American Psychoanalytic Association*, 53(3), 693-729. DOI: [10.1177/00030651050530030401](https://doi.org/10.1177/00030651050530030401)
- Boston Change Process Study Group (2010) *Change in Psychotherapy: A Unifying Paradigm*. New York/London: W. W. Norton & Company.
- Boston Change Process Study Group (2018). Moving Through and Being Moved By: Embodiment in Development and in the Therapeutic Relationship. *Contemporary Psychoanalysis*, 54(2), 299-321. DOI: <https://doi.org/10.1080/00107530.2018.1456841>
- Bromberg, P. (1998). *Standing in the Spaces: Essays on Clinical Process, Trauma, and Dissociation*. Hillsdale, NJ: The Analytic Press.
- Bromberg, P. (2006). *Awakening the Dreamer: Clinical Journeys*. Hillsdale, NJ: The Analytic Press.
- Bromberg, P. (2008). "Mentalize THIS!": Dissociation, enactment, and clinical process. In E. Jurist; Slade, A & Bergner, S. (Eds.), *Mind to Mind: Infant Research, Neuroscience, and Psychoanalysis* (pp. 414-434). New York: Other Press. Recuperado de <https://icpla.edu/wp-content/uploads/2014/09/Bromberg-P.-Mentalize-This-chap15-Mind-to-Mindpdf.pdf>
- Bromberg, P. (2011). *The Shadow of the Tsunami: And the Growth of the Relational Mind*. New York and London: Routledge.
- Bromberg, P. (2017). Truth, human relatedness, and the analytic process: An interpersonal/relational perspective. *International Journal of Psychoanalysis*, 90(1), 347-361. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-8315.2009.00137.x>
- Csordas, T. (2012). Psychoanalysis and Phenomenology. *Ethos*, 40(1), 54-74. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/41343655>



- D'Agostino, A., Mancini, M. & Rossi, M. (2019). Phenomenology in Psychoanalysis: Still an Open Debate? *Psychopathology*, 52(2), 104-109. DOI: <https://doi.org/10.1159/000500327>
- Fernandez, V. & Koster, A. (2019). In G. Stanghellini, M. Broome, A. Fernandez, P. Fusar-Poli, A. Raballo & R. Rosfort (Eds.), *The Oxford Handbook of Phenomenological Psychopathology* (pp. 316-324). Oxford, Oxford University Press.
- Francesetti, G. & Griffero, T. (Eds.) (2019). *Psychopathology and Atmospheres: Neither Inside nor Outside*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Freud, S. (1900/2019). *A interpretação dos sonhos*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- Freud, S. (1915/2010). A Repressão. Em S. Freud, *Obras completas, vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* pp. 82-98. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1915/2010b). O inconsciente. (1915). Em S. Freud, *Obras completas, vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* pp. 99-150. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1923/2011). O eu e o id. Em S. Freud, *Obras completas, vol. 16: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos* (pp. 13-74). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Fuchs, T. (2000). Das Gedächtnis des Leibes. *Phänomenologische Forschungen*, 5(1), 41-89.
- Fuchs, T. (2012). Body Memory and the Unconscious. In D. Lohmar & J. Brudzinska (Eds.), *Founding Psychoanalysis Phenomenologically. Phenomenological Theory of Subjectivity and the Psychoanalytic Experience*. Phaenomenologica 199. Dordrecht/Heidelberg/London/New York: Springer.
- Fuchs, T. (2019). Body Memory and the Unconscious. In R. Gipps & M. Lacewing, *The Oxford Handbook of Philosophy and Psychoanalysis* (pp. 457-472). Oxford: Oxford University Press.
- Fuchs, T., Messas, G. & Stanghellini, G. (2019). More than Just Description: Phenomenology and Psychotherapy. *Psychopathology*, 52(2), pp. 63-66. DOI: <https://doi.org/10.1159/000502266>
- Stanghellini, G., Broome, M., Fernandez, A., Fusar-Poli, P., Raballo, A. & Rosfort, R. (Eds.), *The Oxford Handbook of Phenomenological Psychopathology*. Oxford: Oxford University Press.
- Gipps, R. & Lacewing, M. (2019). *The Oxford Handbook of Philosophy and Psychoanalysis*. Oxford, Oxford University Press.
- Greenberg, J. & Mitchell, S. (1983). *Object Relations in Psychoanalytic Theory*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Heidegger, M. (1923/1995). *Ontologie: Hermeneutik der Faktizität*. Gesamtausgabe Band 63. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann.
- Krutzen, H. (2020). *Estudos de psicanálise relacional*. Coleção Ato Psicanalítico, vol. 3. São Paulo: Zagodoni.
- Krutzen, H. (2021). *Psicanálise relacional, neurociências e psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: Lux Editora.
- Krutzen, H. (2022). *Para uma nova definição do espaço clínico: topologia em expansão*. 2ª Edição. Coleção Ato Psicanalítico, vol. 15. São Paulo: Zagodoni.
- Lanfredini, R. (2019). The Unconscious in Phenomenology. In G. Stanghellini, M. Broome, A. Fernandez, P. Fusar-Poli, A. Raballo & R. Rosfort (Eds.), *The Oxford Handbook of Phenomenological Psychopathology* (pp. 316-324). Oxford, Oxford University Press.
- Leoni, F. (2019) Phenomenological Psychopathology and Psychoanalysis. In G. Stanghellini, M. Broome, A. Fernandez, P. Fusar-Poli, A. Raballo & R. Rosfort (Eds.), *The Oxford Handbook of Phenomenological Psychopathology* (pp. 1042-1052). Oxford, Oxford University Press.
- Lohmar, D. & Brudzinska, J. (Eds.) (2012). *Founding Psychoanalysis Phenomenologically. Phenomenological Theory of Subjectivity and the Psychoanalytic Experience*. Phaenomenologica 199. Dordrecht/Heidelberg/London/New York: Springer.



- Mezan, R. (2013). *Freud: a trama dos conceitos*. 1. reimpr., 5. edição. São Paulo: Perspectiva.
- Mezan, R. (2014). *O tronco e os ramos. Estudos de história da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mitchell, S. (1988). *Relational concepts in psychoanalysis: An integration*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Orange, D. (2011). *The suffering stranger: hermeneutics for everyday clinical practice*. New York: Routledge.
- Pederson, B. (2014). Trauma. In T. TEO (Eds.). *Encyclopedia of Critical Psychology*. New York: Springer.
- Rapoport, E. (2014). Relational Psychoanalysis and Psychotherapy. In T. TEO (Eds.). *Encyclopedia of Critical Psychology*. New York: Springer.
- Reis, R. (2018). Historicidade, mudanças relacionais e a não fixidez do passado existencial. *Philosophos - Revista de Filosofia*, 22(2), 249-282. DOI: <https://doi.org/10.5216/phi.v22i2.45852>
- Reis, R. (2019). Individuação existencial, historicidade e o enigma do movimento. *Problemata: R. Intern. Fil.*, 10(1), 153-170. DOI: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v10i1.43819>
- Reis, R. (2020). Fenomenologia hermenêutica e psicologia experimental do desenvolvimento. *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*, 9(2), 148-194. DOI: <https://doi.org/10.12957/ek.2020.51551>
- Ricoeur, P. (1970). *Freud and Philosophy: An Essay on Interpretation*. Denis Savage, trans. New Haven, CT: Yale University Press.
- Sayers, J. (2014). Unconscious. In T. TEO (Eds.). *Encyclopedia of Critical Psychology*. New York: Springer.
- Steele, K., Boon, S. & Van der Hart, O. (2017). *Treating trauma-related dissociation: A practical, integrative approach*. New York/London: W. W. Norton & Cie.
- Stern, D. B. (1983). Unformulated experience: From familiar chaos to creative disorder. *Contemp. Psychoanal.*, 19(1), 71-99. DOI: <https://doi.org/10.1080/00107530.1983.10746593>
- Stern, D. B. (1997). *Unformulated Experience: From Dissociation to Imagination in Psychoanalysis*. New York: Routledge.
- Stern, D. B. (2018). *The Infinity of the Unsaid. Unformulated Experience, Language, and the Nonverbal*. London/New York: Routledge.
- Stern, D. B. (2019). Unformulated Experience and the Relational Turn. *Psychoanalytic Inquiry*, 39(2), 127-135. DOI: <https://doi.org/10.1080/07351690.2019.1561090>
- Stern, D. N. (1985/1998). *The Interpersonal World of the Infant: A View from Psychoanalysis and Developmental Psychology*. London: Karnac Books.
- Stern, D. N. (2007). *O momento presente na psicoterapia e na vida cotidiana*. Tradução de Celimar de Oliveira Lima. Rio de Janeiro: Record.
- Sullivan, H. (1940). *Conceptions of Modern Psychiatry*. New York: Norton.
- Sullivan, H. (1953). *The Interpersonal Theory of Psychiatry*. New York: Norton.
- Varela, F., Thompson, E. & Rosch, E. (1991). *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Vincini, S. & Gallagher, S. (2021). Developmental phenomenology: examples from social cognition. *Continental Philosophy Review*, 54(1), 183-199. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11007-020-09510-z>

Recebido em 01.05.2022 – Aceito em 26.06.2023